

IX Workshop Empresas, Empresários e Sociedade

Os atos de Estado: (des)crença nos Investimentos Sustentáveis?

Marina de Souza Sartore

Universidade Federal de Goiás – Regional Goiânia

Niterói, 01 a 03 de setembro de 2014

Os atos de Estado: (des)crença nos Investimentos Sustentáveis?

Marina de Souza Sartore¹
Universidade Federal de Goiás (UFG)

1 Introdução

A crise econômica mundial de 2008 colocou em xeque a teoria econômica (*economics*) como ferramenta mais adequada para explicar o mundo econômico real (*economy*) e deu destaque a uma sequência de discursos em prol da incorporação da Sustentabilidade Empresarial² na esfera econômica, e mais particularmente, na das finanças. Os seus porta-vozes não perderam a oportunidade de propor a sustentabilidade como um remédio fundamental para o tratamento da economia em crise. Frases como “*Sustentabilidade é questão de sobrevivência*” (OSGOOD, 2009), “*no médio e longo prazo, a crise econômica poderá ser benéfica para a lógica da sustentabilidade*” (VOLTOLINI, 2008), ou ainda, “*economistas veem a sustentabilidade como modelo para economia após a crise*” (MARCONDES, 2009) eclodiram naquele momento. Por esta perspectiva, os profissionais das finanças deveriam incorporar critérios de avaliação e gestão pautados no *Environment* (meio-ambiente), *Social* (Social) e *Governance* (Governança) [ESG] em todas as práticas e produtos financeiros.

A principal manifestação da incorporação da sustentabilidade nas finanças (ao menos parcialmente) é através da criação dos produtos que possibilitam a prática do Investimento Sustentável ou Socialmente Responsável³ (HISS & KUNZLMANN, 2011), ou seja, a prática da incorporação de critérios ambientais e sociais (além do econômico e de governança) na tomada de decisão sobre determinado investimento, principalmente sobre grupos de empresas consideradas sustentáveis ou socialmente responsáveis (JEUCKEN, 2001). De maneira geral, a literatura (por exemplo, Hutton, D’Antonio e Johnsen, 1998 ou Haigh e Hazelton, 2004) divide o ISR em três áreas de

¹ Contato: marina.ufg@gmail.com

² O conceito de Sustentabilidade Empresarial que utilizo neste artigo refere-se ao disseminado pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) através da criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) o qual, de maneira geral, incorpora a ideia da ação econômica orientada pelo tripé: economia, sociedade e meio-ambiente. Para uma discussão sobre a Sustentabilidade Empresarial do ISE e os diversos sentidos do conceito no mercado financeiro, Cf. Sartore, 2010.

³ Neste artigo, os termos Investimento Sustentável e Investimento Socialmente Responsável são usados de forma intercambiável.

atuação: (1) Ativismo do Acionista: instituições ou indivíduos que se engajam como acionistas em empresas na tentativa de institucionalizar práticas de ISR; (2) Investimento do desenvolvimento da comunidade: depósitos em bancos ou criação de fundos que financiam o desenvolvimento de programas sociais e ambientais assim como práticas de microcrédito e financiamento de *venture capital* e (3) Investimento em fundos com carteira de empresas: baseia-se na criação de fundos com seleção negativa (exclusão) ou positiva (de premiação) de empresas por critérios éticos ou sustentáveis.

No Brasil, os Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR, de agora em diante) se difundiram a partir da criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial⁴ na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&F BOVESPA) em 2005⁵, principalmente a partir da inauguração de fundos de investimentos sustentáveis [que reúnem empresas avaliadas como sustentáveis em suas carteiras de investimento] por parte dos bancos comerciais (Sartore, 2010) [Para um estudo mais abrangente sobre o surgimento das finanças sustentáveis e o protagonismo dos bancos comerciais, ver Magalhães, (2010)]. Em minha perquisição sobre os atores e as instituições que participavam direta ou indiretamente⁶ do Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE) entre os anos de 2005 a 2009, constatei que o polo dominante era composto por homens, atuantes no estado de São Paulo, na esfera privada (Sartore, 2010, pp. 147 a 153). Os dados conduzem-nos a interpretar o ISR a partir do pressuposto de que sua concepção e desenvolvimento é essencialmente privada. Tudo se passa como se, de um lado, houvesse as empresas e corporações (industriais, de serviço, financeiras) incorporando o movimento da sustentabilidade impulsionado por instituições internacionais como a Organizações das Nações Unidas, por Organizações Não-Governamentais e por *Think Tanks* e, de outro, o Estado, incapaz de prover o bem estar necessário à população e, portanto, necessitando do desenvolvimento de parcerias público-privadas levando à minimização ou desconsideração do papel do Estado neste mercado. Por exemplo, tendemos a atribuir a responsabilidade da eclosão da crise de

⁴ No Brasil, se destaca o investimento socialmente responsável em aplicações de fundos que replicam índices, seguido da aplicação de fundos em desenvolvimento comunitário a partir do microcrédito e empreendimentos em *venture capital*. Os casos de indivíduos que se tornam acionistas para instaurar esta prática é menos comum, apesar de também observarmos no país a associação das práticas de responsabilidade social corporativa e da governança corporativa analisada por Grün (2005). Para uma análise do ISR em outros países ver Lozano et al (2006) sobre a Espanha; Jones et al (2007) sobre a Austrália; Sakuma e Louche (2008) sobre o Japão.

⁵ Atualmente a BM&F BOVESPA faz parte da *Sustainable Stock Exchange Initiative* do Programa das Nações Unidas – Iniciativa Financeira junto com mais 10 bolsas de valores do mundo.

⁶ Para maiores detalhes sobre o método e a amostra desta pesquisa, consultar Sartore (2010). Para uma versão resumida, ver Sartore (2012).

2008 ao mercado financeiro e aos atores que dirigem as instituições financeiras. No entanto, Fligstein e Goldstein (2010), reforçando a sua metáfora de “mercado enquanto política” demonstra que o Estado participou, principalmente através de mudanças na sua legislação, do começo, do desenvolvimento e também da busca de recuperação da economia norte-americana. Na corrente teórica da sociologia econômica inspirada em P. Bourdieu (por exemplo, 2000) os representantes do Estado têm papel fundamental na constituição dos mercados.

Ora, se o Estado (ou atos de Estado, como veremos mais adiante) é um elemento central da constituição dos mercados, onde e como representa-lo no mercado do ISR? De que forma ele se manifesta e de que maneira contribui (ou deixa de contribuir) para a crença ou a descrença no ISR? O estudo sobre os atores sociais envolvidos com o Índice de Sustentabilidade Empresarial apontou de maneira tímida e pouco expressiva [naquele momento em que a amostra partiu das instituições pertencentes ao conselho do ISE], a existência de atores estatais, mas aqueles que apareceram na amostra estavam ligados principalmente aos bancos comerciais estatais, ao Banco Central e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

Após a criação do ISE em 2005 na Bovespa, a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo criou o Índice de Carbono Eficiente em parceria com o BNDES, em 2010. A criação deste índice torna mais explícita a imbricação sociológica entre o espaço das finanças e o Estado. Neste texto, considero as ações empreendidas pelos funcionários do Estado, como atos de Estado (Bourdieu (2012 [1990])). Pela reconstituição da gênese e do perfil de alguns atores-chaves do Estado que atuaram em prol da sustentabilidade principalmente na década de oitenta, busco perscrutar como eles possivelmente contribuíram para a constituição da crença no mercado de ISR e, mais do que isto, iniciar o caminho da compreensão da sociológica de formação do mercado de ISR.

Este artigo está dividido em três partes: (1) apresento ao leitor o conceito de Estado em P. Bourdieu (2012) assim como os conceitos de mandatários e atos de Estado. (2) A partir de uma reconstituição histórica identifico os atores estatais que atuavam com a questão das finanças sustentáveis já na década de oitenta e reflito sobre eles. (3) Analiso o caso de um ato de Estado específico: o surgimento e o ressurgimento do Protocolo Verde. Por fim, concluo que os limites que supostamente separam o

Estado do Mercado são difusos e incito o leitor a pensar sobre o papel do Estado na formação da crença ou na descrença sobre o Investimento Socialmente Responsável.

2 Mandatários e seus atos de Estado

Utilizando-me de um exemplo apresentado por Bourdieu (2012), pensemos um pouco sobre o calendário. Não questionamos a sua existência e o utilizamos como forma oficial para distribuímos os dias do ano com suas celebrações diversas. Através do calendário (seja ele civil ou escolar) compreendemos e orientamos a passagem do tempo em nossas vidas privadas e em sociedade. Quem constitui e legitima o calendário? O Estado. Assim, demonstra o autor, que as estruturas de nossa temporalidade social privadas são constituídas publicamente, ou seja, o Estado está presente (inclusive) na nossa concepção privada sobre o tempo⁷.

Este exemplo é utilizado por Bourdieu para afirmar que o Estado não possui apenas o monopólio da força física, mas também simbólico sobre a sociedade [Cf. Bourdieu, 1996, para a discussão sobre o monopólio da força simbólica]. Em outras palavras, o Estado é “um princípio da ordem pública, entendido não somente a partir de suas formas físicas evidentes, mas também, nas formas simbólicas inconscientes que são aparentemente profundamente evidentes [como o próprio calendário]” (BOURDIEU, 2012 [1990] p. 24). O Estado, considerado como um “banco central de capital simbólico” (BOURDIEU, 2012, p. 196) produz e reproduz os esquemas de classificação que unem o mundo objetivo ao subjetivo, constituindo-se em um princípio de produção e representação legítima do mundo social.

Se o Estado produz e reproduz a representação legítima do mundo social, *quem* o faz? Quem são estas pessoas que falam em nome do Estado? Segundo Bourdieu (2012, p. 80), recorrendo ao conceito de Weber, aqueles que falam pelo Estado são os *profetas mágicos* os quais nos ensinam como devemos pensar sobre as situações. Seja o rei monárquico e seu conselho, seja o corpo de juristas e os conselhos que gerem instituições públicas, todos elaboram o Estado e “se fazem como encarnação do Estado ao fazer o Estado” (BOURDIEU, 2012, p. 199). Os indivíduos, ao acessarem o Estado

⁷ Desdobrando esta concepção, encontrarmos o Estado na própria concepção que temos de “curto” ou “longo” prazo ou ainda, na ideia de risco para gerações “futuras”. A ideia de longo prazo e de gerações futuras faz parte do pacote de transformação cognitiva que opõe a economia clássica focada no curto prazo e a economia da sustentabilidade, focada no longo prazo.

através de concursos, eleições e cargos atribuídos, passam a serem mandatários revestidos de funções consideradas oficiais e, portanto, passam a ter acesso à fala oficial incorporando o poder de nomeação⁸. Mas quem os torna mandatários? A crença e o consentimento compartilhado sobre o status público, oficial e universal produzidos por e atribuídos para aqueles que representam o Estado.

Ainda resta-nos mais uma pergunta: Como atuam estes mandatários? Como identificamos o Estado? A partir dos *atos de Estado*, ou seja, dos *atos políticos que têm a pretensão de causar efeitos sobre o mundo social* (Bourdieu, 2012 [1990], p. 26). Bourdieu cita um exemplo que vale a pena ser recuperado aqui. Se uma pessoa, no âmbito privado diz à outra “você é incompetente”, trata-se de um julgamento singular de uma pessoa singular e, portanto, contestável. Por outro lado, se um professor diz a um estudante “você é incompetente”, trata-se de um julgamento autorizado e respaldado pelo Estado e, portanto, com menor probabilidade de contestação. Assim, os atos de Estado são “atos autorizados, dotados de autoridade” (BOURDIEU, 2012, p. 27) e através dos quais, em um processo de regressão, sempre encontramos o Estado. Dubois (2014) dá exemplos de atos de Estado que podem ser desde atos burocráticos, como a emissão de uma carteira de identidade e decisões [pela reforma do crédito, por exemplo,] que transformam de forma duradoura o mundo social e ainda, atos simbólicos, que consistem em designar um status [empregado; desempregado; cidadão etc.] ou ainda, de modo mais geral, atos que criam uma ordem mais geral de representação legítima da realidade [aqui, poderíamos pensar sobre a própria sustentabilidade]. Em seu texto, Dubois (2014) sugere que a ideia de atos de Estado é importante para superar oposições acadêmicas que separam o estudo do Estado, de políticas públicas e de administração pública e pode ser útil para a compreensão da ação pública através do pressuposto de que a “explicitação de que a propriedade dos agentes e a lógica da relação entre eles os induzem a uma tomada de posição as quais são indissociáveis das produções simbólicas (expertises, construções ideológicas, visão de mundo legitimadas) e de práticas de intervenção” (p. 27). Em outras palavras, o autor reforça a tese de Bourdieu na qual, para que possamos compreender o papel do Estado

⁸ O poder de nomeação se refere, por exemplo, ao poder do Estado em designar profissões (Médico, Sociólogo, Economista, etc.) através de certificados e diplomas reconhecidos por instituições do Estado.

na sociedade, temos que olhar a construção da própria legitimidade do Estado através da construção legítima de seus mandatários e dos seus atos de Estado.

Na mesma linha de pensamento de Carruthers e Stinchcombe (1999) quando abordam a construção social da ideia de *liquidez* no mercado financeiro, enfoco o processo que cria, ou busca criar o *conhecimento público e compartilhado* sobre a questão do investimento responsável possibilitando que este mercado venha a existir⁹. Trata-se aqui, de buscar o outro lado da história, desviando o olhar inicialmente focado no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Neste sentido, retomo a ideia apresentada no início desta seção a qual explicita que existe uma linha tênue e difusa na separação entre o Estado e a vida privada. Podemos estender esta afirmação, para a separação entre Estado e mercado. Mais do que ocupar-me com a questão sobre quando começou de fato a sustentabilidade no Estado, procuro enfocar, inspirada no método de análise de Bourdieu (2012) os avanços e recuos da dinâmica não linear da relação entre os mandatários do Estado e os atores privados para a conformação (ou para a dificuldade de difusão) do discurso dominado [no campo financeiro] do Investimento Socialmente Responsável no Brasil.

A análise da evolução e incorporação da sustentabilidade no Estado parte da concepção do mesmo enquanto um espaço de circulação de ideias oficiais, representado por mandatários os quais expressam os seus atos de Estado como resultado do encontro do emaranhado de feixes de pontos de vistas sociais, o qual, no caso desta reflexão consiste na (re) criação do protocolo verde. A próxima seção faz uma breve recuperação histórica da relação sustentabilidade e Estado a partir de alguns atores-chaves e faz uma breve reflexão sobre quem são eles.

3 Os ancestrais da sustentabilidade e seus “descendentes”

O exercício de reconstituição da gênese da concepção que alia mercado financeiro e sustentabilidade a partir dos atores estatais é dividida em três momentos: (1) *O embate internacional: industrialização X sustentabilidade* (2) *Os mandatários pela sustentabilidade nas finanças: a década de oitenta* e (3) *O Surgimento e o Ressurgimento do Protocolo Verde*.

⁹ Não é a ideia aqui avaliar os produtos financeiros criados a partir da ideia de Investimento Socialmente Sustentável e questionar a sua efetividade e eficácia para o meio ambiente e para a sociedade. Este seria um momento T2 de uma análise mais focada na mensuração de resultados. Para este momento T1, a busca é a de compreender a sociologia da gênese na crença (ou descrença) destes produtos.

3.1 O embate internacional: industrialização X sustentabilidade

O Clube de Roma, fundado no início da década de setenta, constitui-se em uma organização que reúne líderes empresariais e políticos de diversos países com o intuito de debater e refletir sobre diversos temas de interesse da população mundial, dentre eles, os problemas referentes ao meio ambiente. O Clube de Roma é um ponto de partida interessante para a análise que faço, pois aponta um fator de cunho geracional e outro de cunho de debate político.

O fator geracional se expressa pela constituição de uma primeira geração de empresários, cientistas e políticos que, a partir de uma rede de amizade e afinidade de pensamento, ganharam destaque internacional por suas preocupações sobre o meio ambiente¹⁰. O núcleo central que formou o Clube de Roma é constituído por indivíduos nascidos entre os anos de 1908 a 1929, com atuação econômica, científica e política associadas a um alto índice de capital simbólico. No caso do Brasil, dois indivíduos da mesma geração juntaram-se ao Clube de Roma, Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos (nascido em 1923) e Rubem Vaz da Costa (nascido em 1927),¹¹ o primeiro formado em direito e filho de grande empresário e o segundo em economia, ocupando cargos como a presidência do Banco do Nordeste (1968-1971) e presidência do Banco Nacional de Habitação (1971 – 1974), dentre outros.

O fator de debate político se expressa pela encomenda por parte do Clube de Roma do relatório “*The Limits to Growth*”¹², [Os Limites do Crescimento] (1972) a pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) o qual alertou a população para a necessidade de se pensar em um maior equilíbrio entre o padrão de consumo daquele momento e os danos causados ao meio-ambiente no futuro (Meadows et al, 1972). O relatório Meadows foi lançado pelo Clube de Roma no mesmo ano da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia, a qual foi considerada a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (sobre o papel de Estocolmo no desenvolvimento do debate

¹⁰ As informações sobre a formação do Clube de Roma são baseadas no relatório “*The Club of Rome: 1968-2000*” (200?) e “*The first global revolution*” (1991). Ver referências completas nas referências.

¹¹ A participação no clube ocorreu ao menos a partir da década de oitenta.

¹² O relatório foi produzido por Donella Meadows (Química e Doutorado em Biofísica), Dennis Meadows (Administração) e Jorgen Randers (Administração), todos vinculados ao MIT. O relatório produziu mais de 12 milhões de cópias traduzidas em 37 línguas.

ambiental no mundo ver, por exemplo, Machado, 2006). A conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo foi marcada por uma dualidade discursiva de, por um lado os países industrializados levantando a bandeira do desenvolvimento sustentável e de outro, os países subdesenvolvidos levantando a bandeira do desenvolvimento social e do combate à pobreza. Esta dualidade é reforçada pelo relatório de Cavalcanti¹³ [José Costa Cavalcanti Hiygino C. Corsetti] (1972) quem participou da delegação brasileira do evento enquanto ministro do interior. Em seu relatório, Cavalcanti (escrevendo como porta-voz da comissão) reconhece o aumento dos problemas ambientais, mas aponta o receio dos países em desenvolvimento em terem o seu processo de industrialização desacelerado devido à expansão das ideias de desenvolvimento sustentável. A oposição desenvolvimento industrial e preservação do meio ambiente perdura até os dias de hoje e o tema da conferência Rio +20, realizada no Rio de Janeiro em 2012, expressa esta oposição ao focar ao mesmo tempo a pobreza e a economia verde.

3.2 Os mandatários pela sustentabilidade nas finanças: a década de oitenta

Se em um primeiro momento, o relatório da comissão brasileira (e, portanto, o ponto de vista oficialmente constituído) se posicionava a favor das políticas de industrialização e desenvolvimento no Brasil, em um segundo momento, na década de oitenta, Rubens Vaz da Costa¹⁴ quem integrou esta comissão, participava do Clube de Roma como membro honorário sendo inclusive acusado de ser “um ativista do Clube de Roma o qual estaria promovendo políticas de controle de população no Brasil¹⁵” (SONNENBLICK, 1983).

Na década de oitenta, destaco o ator representante de uma segunda geração que teve papel fundamental no desenvolvimento das práticas de sustentabilidade nas finanças brasileiras. Neste período, as preocupações com o meio-ambiente se intensificaram no âmbito internacional e repercutiram no Brasil através da lei de número

¹³ Nesta delegação de brasileiros presentes da Conferência de Estocolmo estava Rubens Vaz da Costa que viria a se associar ao Clube de Roma

¹⁴ Não foi possível encontrar uma associação entre Rubens Vaz da Costa que atuava pelo Estado nos anos oitenta com o desenvolvimento do Protocolo Verde. No entanto, coloquei-o nesta análise por se tratar de uma primeira geração de atores vinculados ao Estado que vivenciou o debate desenvolvimento industrial e desenvolvimento sustentável. Além disto, teve participação no Banco do Nordeste em vários momentos de sua vida e o Banco foi um dos signatários do Protocolo Verde. Mas não pude encontrar se há uma relação direta entre a sua trajetória de vida e participação no Clube de Roma e a elaboração do Protocolo Verde.

¹⁵ Conforme o Clube de Roma se expandia para outros países, inclusive na América Latina, foi criado, na década de oitenta, o Clube da Vida [*Club of Life*] em oposição ao Clube de Roma criticando-o por adotar políticas Neo-Mathusianas. (ENGDAHL, 1982, p. 28).

6.938 de 31 de agosto de 1981 que dispunha sobre a política nacional do meio ambiente¹⁶, na qual o artigo 14, 3º parágrafo afirma que “nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório de perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento¹⁷, cumprindo resolução do [Conselho Nacional do Meio Ambiente] CONAMA”.

Fábio Feldmann nasceu em 1955 e se graduou em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas¹⁸. Segundo informações disponibilizadas em sua página institucional, atuou como deputado federal e foi autor de diferentes leis sobre o meio ambiente, inclusive sobre o capítulo ambiental da Constituição Federal de 1988. É importante notar que foi o chefe da delegação brasileira dos parlamentares na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. Durante a sua trajetória profissional, acumulou experiências no espaço público, na esfera do terceiro setor criando e participando do conselho de Organizações Não-Governamentais, inclusive da Organização Civil de Interesse Público, Amigos da Terra e atualmente atua na esfera privada como consultor. É importante notar que a Amigos da Terra realizou o projeto Eco-Finanças iniciado em 2000 e que se propunha a “assegurar que investimentos e financiamentos de instituições financeiras minimizem o impacto adverso sobre os recursos naturais”. (Citado por Sartore, 2010, pg. 55).

Também no final da década de 80¹⁹, mais especificamente em julho de 1989, o BNDES criou a Gerência do Meio-Ambiente trazendo formalmente a questão ambiental para dentro do banco a partir de dois atores principais: Paulo Sérgio Moreira da Fonseca

¹⁶ A lei está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm Acesso em 18 de Março de 2014.

¹⁷ Grifo meu

¹⁸ Para maiores informações consultar o endereço eletrônico: <http://www.ffconsultores.com.br/historia/> Acesso em 18 de Março de 2014.

¹⁹ Antes, em 1976, O BNDES começou a incorporar a variável ambiental “quando foi firmado o convênio com a Secretaria Especial do Meio-Ambiente (SEMA), objetivando ‘a implementação das normas de proteção ao meio ambiente e de controle da poluição industrial’ (FONSECA e NANDIM, 1991, p. 27).

e Sérgio Bessermann Vianna²⁰ quem de fato criou a Gerência do Meio-Ambiente por sugestão do colega Paulo Fonseca²¹. Em entrevista (ibidem nota 20), Vianna explicita:

Entrei no BNDES em 1986/1987 como gerente de Macro-Economia. Depois, virei chefe de gabinete do Eduardo Modiano e conheci Paulo Sérgio Moreira da Fonseca, um grande observador de pássaros que até descobriu um gênero novo, e batizou a espécie de *Acrobatornis Fonsecai*. O Paulo deu conteúdo ao meu amor às aves. Já em 1988, ele me convenceu a criar um departamento do Meio Ambiente no BNDES, o que, como negócio, ajudou o banco a escapar de algumas roubadas pesadas [Na entrevista, não menciona quais sejam].

Paulo Sérgio Moreira da Fonseca e Sérgio Bessermann Vianna inspiraram Isaura de Maria Rezende Lopes Frondizi quem passou a colaborar com o BNDES em 1991²² na internalização da variável ambiental em projetos apoiados pelo banco. Às vésperas da conferência Rio-92, as Nações Unidas teriam lançado o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente – Iniciativa Financeira, do qual, segundo Pegurier citando Frondizi (2006), o Brasil teria participado desde o início através do BNDES e a sua representante na ONU teria sido Isaura Frondizi. Segundo ela, “foi uma iniciativa, na época, de Sérgio Bessermann e Paulo Sérgio Fonseca. Eles foram os visionários que avistaram o potencial dos bancos públicos na área ambiental”. De fato, o programa das Nações Unidas para o meio ambiente, iniciativa financeira conta atualmente²³ com 233 membros dos quais 11 são brasileiros e o BNDES foi o primeiro a aderir em 01 de Maio de 1995.

Em 2001, Isaura ocupava a chefia da Assessoria Especial do Meio Ambiente do sistema BNDES e é citada por Fábio Feldmann como a “nossa grande ecologista, e que faz um enorme esforço para esverdear o BNDES”. (FELDMANN, 2001). Feldmann, Frondizi e Besserman aparecem como participantes da 5ª Conferência das Nações Unidas sobre Negócios e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and*

²⁰ Sérgio Bessermann Vianna desempenhou o papel de organizador da conferência Rio+20 em 2012, no Rio de Janeiro.

²¹ Informação adquirida em entrevista cedida para O ECO, “De olho no que está por vir – com Sérgio Bessermann”. – Marcos Sá Corrêa, Manoel Francisco Brito, Sérgio Abranches, Lorenzo Aldé, Carolina Elia, Andreia Fanzeres e Juliana Tinoco. Em 03 de Março de 2006.

²² Informações sobre a trajetória de Isaura disponível em <http://www.lead.org.br/article/view/1009> Acesso em 12 de agosto de 2009

²³ Consulta feita à página da UNEP FI no dia 20 de Março de 2014. Disponível em [http://www.unepfi.org/signatories/index.html?tx_phpadd_pi1\[sortby\]=country](http://www.unepfi.org/signatories/index.html?tx_phpadd_pi1[sortby]=country) Acesso em 20 de março de 2014.

Development), mais especificamente no Fórum de Política do Conselho da Terra em negócios e mudança climática realizado em 2002.

Em entrevista cedida²⁴, Paulo da Fonseca reconhece o papel de Feldmann na elaboração do capítulo do meio ambiente da constituição: “Eu diria até que graças muito ao Fábio Feldmann, de São Paulo, que foi, digamos, o líder da discussão deste assunto [meio ambiente] na Constituinte. Fábio foi o grande batalhador desta questão”.

Este jogo de atribuições e de reconhecimento de atuação sobre o tema do meio ambiente (Besserman reconhece Paulo; Paulo reconhece Feldmann, Isaura reconhece Besserman e Paulo; Feldmann reconhece Isaura) reforça o papel de mandatários sobre o tema do meio ambiente e permite que se construa uma legitimidade enunciada depois como “experts” em meio ambiente. O quadro 01 a seguir, mostra algumas características destes indivíduos:

Quadro 01 Trajetórias					
Características/ Nome	Rubens Vaz da Costa	Fábio Feldmann	Paulo Sérgio Moreira da Fonseca	Sérgio Bessermann Vianna	Isaura Maria Rezende Fronidizi
Origem	Nascido em Muchila – PE filho de família descendente de imigrantes portugueses que compraram terras na região e, portanto, elite econômica e política local.	Nascido em São Paulo.	Sem Informação Pública	Rio de Janeiro. Filhos de Médicos que eram membros do partido comunista. Neto de Judeu imigrado da Polônia um pouco antes da II Guerra Mundial.	Sem informação
Ano de Nascimento	1927	1955	Sem Informação	1957	
Formação	Ciências Econômicas – UFBA 1954/ Mestrado em Política Econômica (EUA) 1962	Direito (USP) e Administração de Empresas (Fundação Getúlio Vargas)	Atua como Economista pelo BNDES (possível formação em economia?)	Ciências Econômicas (PUC-RIO) (1981) e Mestre em Economia (1986)	Engenharia Química (UFRJ)
Quando e como se torna mandatário?	Chefe do departamento de Estudos do Nordeste – Banco do Nordeste (1954);	Deputado Federal (1987) até 1998. (3 mandatos)	Todas as informações públicas o ligam ao BNDES	BNDES (1988) após ganhar o Prêmio BNDES pela sua dissertação de mestrado.	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) Rio de Janeiro. Colaboradora

²⁴ Entrevista cedida por Chico Mendes em 22 de setembro de 1988 a Marcos Gomes da PUC-Rio e a Paulo Sérgio da Fonseca. Disponível em

	Participou da Delegação Brasileira da Conferência de Estocolmo.				BNDES (1991) – Chefia da Assessoria Especial de Meio Ambiente do BNDES.
Quais são os atos de Estado?		Elaboração do capítulo do meio ambiente da constituição federal de 1988; Coordenou a delegação brasileira na conferência das Nações Unidas, Rio -92 e a Rio+10 na África do Sul; Leis em prol do Meio-Ambiente.	Estímulo na criação do departamento de meio ambiente no BNDES. Assina, como suplente, o Protocolo Verde de 1995.	Criação do departamento de meio ambiente no BNDES. Assina, o Protocolo Verde de 1995. Organiza a Conferência da Rio + 20.	Protocolo Verde;
Como se expressa o Capital Simbólico?	Participação em Conselhos: Monetário Nacional; Administração do Banco do Nordeste do Brasil; Eletrobrás, ETERNIT; Deliberativo da SUDENE; etc.	Participação em Conselhos: Amigos da Terra; The Nature Conservancy, Ecological Footprint; Global Reporting Initiative; Greenpeace International; Prêmio de reconhecimento das Nações Unidas; Assessor Especial para assuntos de mudanças climáticas da presidência de Fernando H. Cardoso. (Blogs, livros, página no Facebook). Reconhecido especialista em Meio Ambiente.	Escrita de artigos como: Financiar o desenvolvimento sustentável: o caso da América Latina <i>Paulo Sérgio Moreira da Fonseca no livro A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil</i> . João Paulo dos Reis Velloso (organizador). Nobel, São Paulo, 1992. E Projetos de desenvolvimento e impacto ambiental: uma visão histórica sob a ótica do banco de desenvolvimento <i>Paulo Sérgio Moreira da Fonseca, Marcelo Nardin</i> .	Membro do Conselho Diretor da ONG WWF Brasil; Missão diplomática em conferências da ONU. Comentarista de Sustentabilidade da Globonews. (possui Blog próprio). Livro: O mecanismo de desenvolvimento limpo pelo BNDES. Conselho da Associação Brasileira para o desenvolvimento de lideranças.	Participação em Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente representando o BNDES
Qual a trajetória profissional?	Cargos Públicos; Consultor das Nações Unidas.	Deputado Federal; Assessor; Consultor; (mais recentemente, candidato à governador pelo Partido Verde (2010) e Coordenador do Meio	Carreira no BNDES e atualmente atua como chefe do departamento de Indústria de Base do BNDES.	BNDES (Altos cargos); Presidente do IBGE; Preside a Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro (2011);	FEEMA (Rio de Janeiro)- BNDES – PUC e UFRJ – Consultora e Sócia da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social.

		Ambiente do PSDB nas eleições 2014.			
--	--	-------------------------------------	--	--	--

Esta breve recuperação dos atores do Estado envolvidos no desenvolvimento de práticas de finanças sustentáveis (que, naquele momento, não recebia ainda este nome) demonstra que o movimento das finanças sustentáveis não é essencialmente privado, mas sim, é o resultado da interpretação do mundo destes especialistas que, ao interagirem, buscam tornar realidade a sua crença em um sistema financeiro responsável. A emergência de uma nova ordem internacional pautada pela participação cada vez maior dos especialistas [*experts*] no modo de produção de regras pode ser encontrada nos trabalhos de Dezalay (1993; 2007).

A grande circulação destes atores [veja quadro 01] em instituições para além das representantes do Estado demonstra a linha tênue entre a produção pública e privada de produção da crença de uma atuação sustentável por parte do mundo das finanças mostrando, como nos mostra Bourdieu (1993), que o Estado não é um conjunto monolítico e coordenado, mas sim, um espaço de forças que disputam para definir e distribuir o bem público.

Segundo Bourdieu (2012, p. 566) o Estado não significa apenas disciplina e a encarnação de políticas econômicas neoliberais ortodoxas [no caso do Brasil, existe uma retomada da economia pelo baixo clero não *mainstream*, como mostra Grün, 2013], o que ele chama de “mão direita”, mas também, possui a “mão esquerda” materializada nas instituições de bem estar social. Para o autor, os atores que atuam pela “mão esquerda” do bem estar social são os filantropos [*philanthropes*] que possuem a característica de dominantes-dominados, ou seja, têm características de dominantes, mas também propriedades secundárias que os colocam no meio dos dominados. A partir do quadro 01, a hipótese que constituo é que os atores ligados ao Estado e às práticas precursoras das finanças sustentáveis possuem esta característica mista, pois advêm de formações acadêmicas *mainstream*, em instituições de prestígio, mas não participam do grupo *mainstream* das finanças nacionais²⁵, levando-os a se legitimarem via o discurso do meio ambiente e a atuarem como pivôs na conciliação de interesses de dominantes (finanças *mainstream*) e de dominados (ativistas e ecologistas em prol do meio-

²⁵ Cf. Loureiro (1992)

ambiente) através da incorporação do discurso internacional da sustentabilidade desenvolvido pelas Nações Unidas (que une tanto atores estatais como atores que atuam na esfera privada do Índice de Sustentabilidade) como através da criação do Protocolo Verde cujo processo de surgimento e recuperação será desenvolvido no tópico a seguir.

3.3 BNDES: o Surgimento e o Ressurgimento do Protocolo Verde

No ano de 1995, o governo federal nomeou um grupo de trabalho com o “objetivo de elaborar proposta de diretrizes, estratégias e mecanismos operacionais, para a incorporação da variável ambiental no processo de gestão e concessão de crédito oficial e benefícios fiscais às atividades produtivas²⁶”. Este grupo de trabalho foi composto pelas seguintes instituições: (Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A; Caixa Econômica Federal; Banco do Nordeste do Brasil S.A; Banco da Amazônia S.A. e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES²⁷), ou seja, todas instituições de caráter público. Em decorrência deste grupo de trabalho, em 14 de novembro de 1995 foi assinado o Protocolo Verde²⁸ [Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável] sob o governo de Fernando H. Cardoso.

Segundo Pegurier (2006), o Protocolo Verde “foi criado em 1995, como um desdobramento brasileiro da Iniciativa Financeira do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) ou UNEP-FI”. Segundo Alimonda e Leão (2005?), o grupo de trabalho foi coordenado por Raul Jungmann, naquele momento, presidente do IBAMA. A principal justificativa desta ação seria a necessidade de implementação de práticas que atendessem ao Capítulo VI, Artigo 225²⁹ da Constituição Federal de 1988 o qual estabelece que ‘todos têm direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder

²⁶ Para ver o decreto que define o objetivo do grupo de trabalho, acesse <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/122613/decreto-95> Acesso em 18 de março de 2014.

²⁷ Para ver o decreto que instituiu o grupo de trabalho, acesse <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1995/decreto-42785-29-maio-1995-579737-publicacaooriginal-102614-pe.html> Acesso em 06 de fevereiro de 2014.

²⁸ Para saber mais sobre a cerimônia de assinatura do Protocolo Verde, ver o discurso da solenidade de assinatura do protocolo verde disponível na Biblioteca da Presidência da República.

²⁹ É possível acessar este trecho da Constituição Federal no endereço eletrônico a seguir: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%202004> Acesso em 18 de Março de 2014

Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Em fevereiro de 1996, Nassif em reportagem publicada na mídia, chama a atenção para o “quase sigilo com que se tratou o anúncio do chamado Protocolo Verde”. Em 2005, Alimonda e Leão, chamam a atenção para os resultados ainda ineficazes da política do Protocolo Verde e o próprio BNDES, cuja área de meio ambiente “já [havia] sido modelo, foi desmantelada. Hoje [2006], o BNDES come mosca porque não tem mais pessoal suficiente capacitado para monitorar financiamentos neste aspecto [de sustentabilidade]³⁰”.

Em 2008, o presidente Luís Inácio Lula da Silva montou um grupo de trabalho para revisar o Protocolo Verde e no dia 01 de agosto, uma atualização do Protocolo Verde foi assinado por todos os bancos que participavam em 1995 excetuando-se o Banco Central do Brasil o qual assinou o documento em 2009. A novidade, além da atualização de conteúdo é o contexto do final da primeira década do século XXI quando a ideia de finanças sustentáveis já havia se proliferado (através do ISE, da criação dos Princípios do Equador [uma versão internacional do Protocolo Verde], dos Princípios do Investimento Sustentável [PRI], assim como o desenvolvimento da financeirização à esquerda no país [cf. Grün, 2009], etc.) entre as instituições privadas e por isto, em 2009, a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) sob a presidência de Fábio Barbosa, a quem a mídia atribuiu o título de Banqueiro Verde (PRADO e ROSENBURG, 2007) assinou o Protocolo Verde junto ao Ministério do Meio Ambiente levando maior participação de bancos comerciais privados ao projeto unindo, sob um documento nacional, as instituições de caráter público e privadas.

Mais interessante é que, no ano de 2011, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) apresentou a primeira matriz de Indicadores do Protocolo Verde em associação com a Fundação Getúlio Vargas através do centro de Estudos em Sustentabilidade e em parceria com diversos bancos comerciais como Bradesco, Bancoob, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Fibra, Indusval, Safra, Tribanco, Votorantim, Caixa Econômica Federal, Citi, Santander, HSBC, Itaú Unibanco e Rabobank (FEBRABAN, 2011). Estaríamos, portanto diante de uma ressignificação da crença nos investimentos sustentáveis a qual resulta agora do trabalho de

³⁰ Fala de Adriana Bocaiúva, reproduzida por Pegurier, 2006.

representantes do Estado que, para tornar o ato [protocolo verde], em ato oficial, incorpora os atores privados e a *linguagem* dos atores privados buscando reconstruir a (des)crença no ISR.

Estamos diante [novamente] de uma convergência de elites que opera do mesmo modo do Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial, a partir da constituição de métricas de avaliação traduzidas e sintetizadas no ISE. Neste caso, a convergência é, de novo, operada pelo grupo do Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas e a linguagem adotada [além da carta de princípios] é a partir de métricas expressas em um longo questionário sobressaindo-se (ao menos retoricamente) a questão técnica sobre a questão política, pois, a convergência dos grupos a partir de um questionário técnico ofusca o jogo de construção da crença compartilhada da qual o questionário é apenas o resultado objetivo.

4 Considerações Finais

Retomo aqui a pergunta inicial desta reflexão: onde estaria o Estado no desenvolvimento do Investimento Socialmente Responsável? No que tange à incorporação da sustentabilidade na esfera das finanças principalmente na forma do ISR é menos importante insistir em quem inventou a sustentabilidade (dilema análogo à dúvida sobre o ovo ou a galinha) e mais importante compreender a dinâmica de construção e circulação dos atores estatais na composição desta maneira de pensar e agir. O ISR se difundiu no Brasil principalmente a partir dos anos 2000, mas a busca da de elementos que caracterizassem o ISR já na década de oitenta, aponta para um trio seletivo de atores sociais atuantes no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em conjunto (ao menos em suas concepções de sustentabilidade) com Feldmann quem atua tangencialmente com as finanças sustentáveis ao criar a Amigos da Terra, a qual possui o projeto Eco-Finanças.

Cria-se um cenário que se acredita propício para o lançamento do Protocolo Verde que não ganha a repercussão ou ao menos, não funciona como uma ação política que de fato modifica a realidade das finanças brasileiras. Naquele momento [1995], o próprio grupo de trabalho era composto por poucos indivíduos que atuavam com o meio ambiente. O trio que compõem o BNDES, são indivíduos que não compõem a elite econômica nacional mas que desenvolveram uma trajetória com alta circulação institucional associada a um alto grau de capital social e simbólico. Seriam eles o tipo

ideal do Filantropo? Seriam eles, a membrana que possibilita a conciliação, por parte do Estado, das demandas dos agentes que não dispõe do poder de nomear? O fato do ressurgimento do Protocolo Verde estar associado a uma carta de princípios, ou seja, ao fato de que o Estado busca uma adesão muito mais voluntária, a partir do consenso e do consentimento, do que pela regra, pode representar uma dificuldade da orquestração do Estado diante deste tema? (A dificuldade de orquestração pode ser também analisada pelos embates em torno do Código Florestal, ou ainda, menos conhecida, pela dificuldade do Banco Central em aprovar um documento de normas de responsabilidade socioambiental em 2012, após a Conferência da Rio +20).

Talvez então, poderíamos pensar que esta dificuldade de orquestração (e muito menos as percepções privadas sobre o real funcionamento das práticas de sustentabilidade) possa ser o fator explicativo não apenas da morosidade em regulamentar (através de normas e leis), mas também da descrença, do ceticismo e até do desconhecimento sobre a real aproximação entre finanças e sustentabilidade por parte da população?

5 Referências

ALIMONDA, H; LEAO, S. *As instituições financeiras federais e o Protocolo Verde – Relatório da pesquisa de avaliação*. 2005?

BOURDIEU, P. Esprits d'Etat. Genèse et structure du champ bureaucratique, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 96-97, 1993, p. 49-62.

_____. Gênese e Estrutura do Campo Burocrático in *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. *Les Structures Sociales de L'économie*. Seuil : Paris, 2000.

_____. *Sur L'État – cours au collège de france 1989-1992*. Raisons d'agir SEUIL, 2012.

CARRUTHERS, Bruce G; STINCHCOMBE, Arthur. The Social Structure of Liquidity: Flexibility in Markets and States. *Theory and Society*, 28(3), p. 353-382. 1999

CAVALCANTI, J. C. *Relatório da delegação do Brasil à conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente*. Volume 01. 1972.

DEZALAY, Y. Multinationales de l'expertise et "déperissement de L'État". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 96-97, pp. 03-20. 1993.

DEZALAY, Y. From a symbolic boom to a marketing bust: Genesis and Reconstruction of a field of legal and political expertise at the crossroads of a Europe opening to the Atlantic. *Law and Social Inquiry*, Vol. 32, n. 01, pp. 161-181, 2007.

DUBOIS, V. L'État, l'action publique et la sociologia des champs. *Swiss Political Science Review*, v. 20, n. 01, pp. 25-30, 2014.

ENGDAHL, William. Club of Life launches organizing worldwide. *Executive Intelligence Review International*, volume 09, n. 42, 02 de Novembro de 1982.

FEBRABAN. *Febraban apresenta matriz de indicadores do Protocolo Verde*. 12 de Abril de 2011. Disponível em <http://www.gvces.com.br/index.php?r=site/conteudo&id=167> Acesso em 05 de Fevereiro de 2014.

FELDMANN, Fábio. *Palestra de Fábio Feldmann, secretário executivo do Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, no seminário Novos Mercados por uma Economia Verde*. Rio de Janeiro, 23 de março de 2001. Disponível em http://www.forest-trends.org/~foresttr/documents/files/doc_786.pdf Acesso em 12 de agosto de 2009.

FLIGSTEIN, N; GOLDSTEIN, A. The anatomy of the mortgage securitization crisis, in Michael Lounsbury, Paul M. Hirsch (ed.) *Markets on Trial: The Economic Sociology of the U.S. Financial Crisis: Part A (Research in the Sociology of Organizations, Volume 30)*, Emerald Group Publishing Limited, pp.29-70, 2010.

FONSECA, P. S. M. da; NARDIN, M. Projetos de Desenvolvimento e Impacto Ambiental: uma visão histórica sob a ótica do banco de desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 25(4), pp. 25-32, out/dez 1991

GRÜN, R. Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, p. 67-90, 2005.

_____. Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI. *Tempo Social (USP)*, v. 21, p. 153-184, 2009.

_____. A vingança do baixo clero: o desafio ao 'PiG' e o estado do conflito cultural no tratamento da crise financeira. *Mana*, v. 19, p. 303-340, 2013.

JEUCKEN, M. *Sustainable Finance and Banking: the financial sector and the future of the planet*. Earthscan: London, 2001.

JONES, S; LAAN, S. Vd; FROST, G; LOFTUS, J. The investment performance os Socially Responsible Investment Funds in Australia. *Journal of Business Ethics*, v. 80, pp. 181-203, 2008.

HISS, S; KUNZLMANN, J. Financialization of Sustainability – The case of Sustainability Accounting. In *Anais da Conferência da Society for the Advancement of Sócio Economics*, Madri, Espanha, 2011.

HAIGH, M; HAZELTON, J. Financial Markets: A tool for Social Responsibility? In *Journal of Business Ethics*, 52, pp. 59-71, 2004.

HUTTON, B; D'ANTONIO, L. JOHNSEN, T. Opportunities Socially Responsible Investing: Growing Issues and New. In *Business & Society*, v.37, n.03, pp. 281-305, 1998.

LOUREIRO, Maria Rita. (1992a), "Economistas e Elites Dirigentes no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano VII, nº 20, pp. 47-69.

LOZANO, J. M; ALBAREDA, L; BALAGUER, M. R. Socially Responsible Investment in the Spanish financial market. *Journal of Business Ethics*, n. 69, pp. 305-316, 2006.

MACHADO, Vilma de Fátima. A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92. *Anais do III Encontro da ANPPAS*. Brasília, 23 a 26 de Maio de 2006.

MAGALHÃES, R. S. *Lucro e reputação: interações entre bancos e organizações sociais na construção das políticas socioambientais*. 285 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARCONDES, D. Economistas vêem a sustentabilidade como modelo para economia pós-crise. *Mercado Ético*. 2009

MEADOWS, Donella H; MEADOWS, Dennis L; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, Willian W. *The Limits to Growth*. New York, Universe Books, 1972.

NASSIF, L. O avanço verde. *Jornal Folha de São Paulo*, 02 de fevereiro de 1996. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/02/dinheiro/9.html> Acesso em 03 de fevereiro de 2014

OSGOOD, D. Recent Ink misses the point of Corporate Responsibility. *The business for a better world*. 04/02/2009.

PEGURIER, Eduardo. Ecologistas Engravatados. *O ECO*. 15 de Maio de 2006. Disponível em http://www.oeco.org.br/eduardo-pegurier/17169-oeco_16774 Acesso em 20 de Março de 2014.

SAKUMA, K; LOUCHE, C. Socially Responsible Investment in Japan: its mechanism and drivers. *Journal of Business Ethics*, v. 82, pp. 425-448, 2008.

SARTORE, M. de S; *Convergência de Elites: A sustentabilidade no Mercado Financeiro*. São Carlos: UFSCar. 207 p. 2010. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

_____. O mercado socialmente responsável. *REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 4, p. 1-34, 2012.

SONNENBLICK, Mark. Club of Rome on the offensive for Ibero- American depopulation. *Executive Intelligence Review International*, volume 10, n. 50, 27 de dezembro de 1983. Disponível em <http://www.larouchepub.com/eiw/public/1983/eirv10n50-19831227/index.html> Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

VOLTOLINI, R. A crise e a sustentabilidade. *Gazeta Mercantil* 04/11/2008

